

# 22.º CFORN - Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval, Fev1973

(Post reformulado a partir de outro já publicado em 20 de Outubro de 2010)



Listagem completa do 22.º CFORN.

Foi o primeiro curso realizado no ano de 1973 que, a exemplo de anos anteriores, seria assinalado pela incorporação de dois cursos de formação de oficiais da Reserva Naval.



2TEN RN Artur Augusto Leal Mimoso – LFP «Alvor»  
e 2TEN RN José Carlos Faria da Conceição – LFP «Aljezur»

O despacho Ministerial n.º 63 de 23 de Maio de 1972, relativo aos Cursos e Instruções para Oficiais, Cadetes, Sargentos e Praças para o Ano Escolar de 1972/73, estabelecia as bases de recrutamento para os 22.º e 23.º CFORN - Cursos de Formação de Oficiais da Reserva Naval, prevendo a incorporação de 181 cadetes.

Entretanto, fora modificado o regime de promoções dos Aspirantes RN designados para prestar serviço nas províncias ultramarinas em comissões de duração superior a um ano. Até então, os Aspirantes eram promovidos a Subtenente na data de embarque para o Ultramar, mas com o 22.º CFORN essa **promoção** foi substituída pela **graduação**.

O 22.º CFORN foi alistado em 22 de Fevereiro de 1973 e concluiu-se a 26 de Setembro de 1973. Foram incorporados 100 cadetes assim distribuídos pelas várias classes: 40 cadetes na classe de Marinha, 25 cadetes na classe de Fuzileiros e 35 cadetes na classe de Técnicos Especialistas. De notar neste curso a ausência de todas as outras classes.

Comandava a Escola Naval o Contra-Almirante José Augusto Barahona Fernandes e foi Director de Instrução o Capitão de Mar-e-Guerra Eugénio Eduardo da Silva Gameiro.



O Contra-Almirante José Augusto Barahona Fernandes, Comandante da Escola Naval  
e o Capitão de Mar-e-Guerra Eugénio Eduardo da Silva Gameiro, Director de Instrução

No final do período de instrução, o Prémio “Reserva Naval” foi entregue ao cadete da classe de Técnicos Especialistas, Luis Henrique Martins Borges de Almeida. Este prémio destinava-se a galardoar o aluno com classificação mais elevada no conjunto da frequência escolar e da apreciação de carácter militar.



*O cadete RN TE Luis Henriques Martins Borges de Almeida, Prémio Reserva Naval*

Durante o ano de 1973 manteve-se o plano de modernização da Marinha, ainda que se tenha mantido, de forma quase inalterada, o dispositivo de navios da Armada. Foram aumentados ao efectivo os navios-patrolha «Limpopo» e «Save» e, já em 1974, vieram ainda reforçar aquele efectivo as LF «Açor», LF «Andorinha» e LF «Albatroz».



*A Lancha de Fiscalização «Albatroz» atracada com outros navios na Base Naval de Lisboa*

No decorrer do mesmo ano de 1973, foram abatidos ao efectivo dos navios da Armada a fragata «Vasco da Gama», dragaminas «Pico» e corveta «Cacheu». Já em 1974, com a retracção do dispositivo naval, também como consequência do final da Guerra do Ultramar, seguiram idêntico destino os draga-minas «Corvo», «Angra do Heroísmo», «S.Jorge», «Graciosa», «Ponta Delgada» e «S. Pedro», a LDG «Montante», as LFP «Bellatrix» e LFP «Regulus», o submersível «Narval», o navio-patrolha «Porto Santo» e as LFG «Sagitário» e «Cassiopeia».

Muitos oficiais da Reserva Naval desempenharam missões e viriam ainda a fazê-lo neste tipo de navios, quer nos entretanto abatidos quer nos aumentados ao efectivo, todos eles tendo representando um papel relevante na História da Reserva Naval.

Ainda se manteve a mobilização de parte dos elementos deste curso como Comandantes, Oficiais Imediatos de navios e Oficiais de Guarnição. No entanto, na classe de Fuzileiros, por virtude do final dos conflitos em África, houve uma significativa redução, tendo sido até esta data o curso em que maior número de oficiais permaneceu no Continente.

Foram designados para prestar serviço em África, ou Continente e Ilhas, os seguintes oficiais:

---

#### **Guiné (9 Oficiais):**

2TEN RN Ângelo Mariano Vasconcelos Gaspar Teixeira, Comando de Defesa Marítima da Guiné;

2TEN RN António Manuel Mendonça Guerreiro, navio-patrolha «Quanza»;

2TEN RN António Carlos de Oliveira Ferreira, LFG «Cassiopeia»;

2TEN RN José Carlos Faria da Conceição, LFP «Aljezur»;

2TEN FZE RN António Aurélio de Castro Moreira, DFE 22;

2TEN FZE RN António José Ferreira Simões Vieira, DFE 12;

2TEN FZE RN José Manuel Simões Rodrigues de Castro, DFE 1;

2TEN FZE RN José Manuel Carrajola Horta, DFE 5;

2TEN TE RN José Alfredo Lopes Ribeiro Gonçalves, Gabinete do Comandante-Chefe da Guiné;



*Instalações Navais de Bissau - Serviço de Saúde*

Pelas 22:30 horas do dia 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado à porta da sua residência em Conakry, num crime atribuído “convenientemente” à PIDE/DGS por uma opinião pública internacional acicatada pelos países africanos. Aristides Pereira assume funções como chefe interino do PAIGC.

No mês de Março surgem no teatro de operações da Guiné os mísseis terra-ar Strella os quais, tendo como alvo as aeronaves, surtem um tremendo efeito negativo na FAP e, conseqüentemente, nas operações militares.

A 25 de Março foi abatido um Fiat G-91 no Cantanhês, pilotado pelo TEN Miguel Cardoso Pessoa que se ejectou com sucesso e, três dias depois, na região de Madina do Boé uma parelha de Fiats G-91 é atacada com arma desconhecida. Um dos pilotos, 2º Comandante da Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné, TCR Fernando Almeida Brito ao picar para tentar identificar o alvo foi atingido, ficando desfeito e morrendo o piloto. O seu asa conseguiu regressar à base.



*Serviço de Assistência Oficial em Bissau - O lançamento de uma lancha à água vendo-se, ao lado, uma LFP no plano inclinado*

Na primeira semana de Abril um T6 é abatido por um míssil Strella e despenhou-se causando a morte ao piloto. No dia 6 é novamente abatido um DO 27 onde o Major Mariz Martins, comandante do COP 3, efectuava um reconhecimento visual (RVIS), não havendo sobreviventes.

Em 8 de Maio é iniciada pelo PAIGC uma violenta ofensiva contra Guidage, junto à fronteira do Senegal. Em 11 de Maio grupos de combate dos DFE 1 e DFE 4 são enviados para o reforço da defesa daquele aquartelamento, sofrendo uma baixa no dia 13.

No dia 18 de Maio, comandado por João Bernardo “Nino” Vieira o inimigo desencadeia uma violenta ofensiva contra Guleje, localidade no sul da Guiné que, situada num ponto vital da rota de abastecimento do PAIGC, sem acesso por via fluvial, ficava completamente isolada.



*Bolama - Centro de Preparação de Fuzileiros*

De 18 a 22 de Julho decorre o 2.º Congresso do PAIGC que fez a revisão geral dos estatutos elegendo Aristides Pereira como secretário-geral afirmando ser intenção do PAIGC proclamar a independência, constituir um governo e criar estruturas administrativas.

Em 6 de Agosto, o General Spínola regressa à Metrópole e é exonerado do seu Comando, sendo substituído a 28 do mesmo mês pelo general Bettencourt Rodrigues como Governador-Geral e Comandante-Chefe.

No mês de Outubro, mais uma vez os aliados americanos jogam a sua cartada no cenário internacional. O Senado proíbe a Administração de conceder a Portugal qualquer ajuda que permita a manutenção do “Regime Colonial”. Por sua vez, nesse mesmo mês, o Governo Português concede autorização aos EUA para utilizarem a Base das Lajes, nos Açores, como escala de apoio a Israel na guerra do Yom Kippur.



*Bolama - Messe dos Oficiais do DFE 22*

Em Dezembro já a confiança nos aéreos se tinha restabelecido e, conhecida a estratégia a utilizar para minimizar o efeito dos mísseis Strella, recomeçaram os voos com alguma normalidade, embora com redobrados cuidados.

No princípio de 1974, da Conferência Afro-Árabe sobre petróleo sobressai a resolução que proíbe o acesso aos portos dos países árabes de navios que transportem petróleo destinado à África do Sul, Rodésia e Portugal.

Já então se começavam a processar com dificuldade as rendições das Unidades no Ultramar devido, por um lado, ao prolongamento excessivo de uma guerra em que alguns militares contavam já com três ou quatro comissões e, por outro lado, à escassez de recursos materiais e humanos.

O conflito agudiza-se. No início de Março as minas voltam a fazer estragos no rio Cumbijã. No porto de Cufar interior, local onde geralmente ficavam os batelões sem guarda por estarem próximo do aquartelamento, o batelão dos combustíveis foi pelos ares, na altura em que se encontravam vários trabalhadores a bordo, morrendo 20 a 30 estivadores a explosão.



*Cubisseco - Abrigo de morteiro na Tabanca Nova*

Em Abril os combates travavam-se com violência de forma generalizada, recorrendo o inimigo a métodos cada vez mais imaginativos e letais com baixas nas nossas forças. No rio Cacheu o PAIGC redobrava esforços para conseguir com êxito as cambanças do Sambuíá para sul mas os fuzileiros, com base em Ganturé opunham-se sistematicamente ao abastecimento por essa via.

Nesse mês nos dias 19 e 22 as patrulhas de botes do DFE 1 são violentamente emboscadas nas clareiras de Jagali e Leto, sofrendo um morto e três feridos graves. Foi o último fuzileiro a morrer em combate no Ultramar, vítima de uma granada de RPG7.

No dia 25 de Abril o levantamento militar na Metrópole depõe o regime do Estado Novo originando também grande confusão nos militares que se mantinham em campanha com reacções diversas. Embora com abrandamento a guerra mantém-se e em Junho inicia-se a retracção das forças no terreno.

Em Bissau são reforçadas as forças de vigilância e segurança. Em 25 de Agosto, são desactivadas as Unidades de Fuzileiros que se encontravam em Bolama, os DFE 21, DFE 22 e DFE 23 que, depois de formados, apenas entregaram o armamento distribuído com instruções directas do respectivo comando, sendo de todo ineficaz a tentativa de contacto por um representante do PAIGC que ali se encontrava para o efeito.



*LFG «Orion» a navegar no rio Cacheu, sendo visíveis apontador e municionador da peça Bofors de vante*

Assinaladas algumas contradições nas entregas dos diversos aquartelamentos ao PAIGC. No sul, em Jemberém, Cameconde, Gadamael e por fim Cacine, com guarda de honra em formatura mista, a toque de clarim do exército, procede-se à cerimónia do arriar da Bandeira Nacional e ao içar da Bandeira do PAIGC.

Em Vila Cacheu, o comandante do DFE 4, 2TEN FZE RN Pedro Henrique Malheiro Ribas de Meneses, oficial da Reserva Naval do 16.º CFORN, excelente oficial, magnífico operacional e grande patriota, evitando o enxovalho a que estavam a ser sujeitas as Forças Armadas, após ter embarcado nas viaturas todo o material, forma o Destacamento e com as honras do estilo, manda arriar pela última vez a Bandeira Nacional e, de seguida, manda derrubar o mastro, já que **onde esteve içada a Bandeira Portuguesa mais nenhuma haveria de subir.**

De seguida deu ordens ao pessoal para embarcar, não aguardando sequer que alguém do PAIGC se apresentasse a reclamar a posse das instalações antes de serem abandonadas.

Em 10 de Setembro Portugal reconhece legalmente a Guiné-Bissau como Estado soberano e a 30 de Outubro regressa a Portugal o DFE 5 a última Unidade de Fuzileiros na Guiné.



Novembro de 1972 - Porta de Armas do aquartelamento da Vila de Farim

---

#### **Cabo Verde** (6 Oficiais):

2TEN RN Álvaro Eduardo Osório de Meneses Bastos, corveta «António Enes»;  
2TEN RN António Manuel Vinagre Alfaiate, navio-hidrográfico «Schultz Xavier»;  
2TEN RN João Rodrigues Oliveira, LF «Dom Aleixo»;  
2TEN RN Jorge Manuel Mesquita Gaspar de Barros, Comando Naval de Cabo Verde;  
2TEN RN José Manuel de Lemos Gonçalves da Costa, navio-patrolha «Zambeze»;  
2TEN RN José Miguel de Azambuja Cardoso Ayres, corveta «Augusto Castilho»;



A corveta «António Enes» em Cabo Verde

---

#### **Angola** (9 Oficiais):

2TEN RN António Fernando de Brito Castilho Dias, navio-patrolha «Rovuma»;  
2TEN RN Emílio Manuel da Mata Pereira, navio-patrolha «Cunene»;  
2TEN RN Francisco Manuel dos Santos Ferreira, fragata «Comandante Sacadura Cabral»;  
2TEN RN Rui Alberto de Almeida Cavaca Marcos, fragata «Comandante Sacadura Cabral»;  
2TEN RN João Manuel da Silveira Malheiro Távora, navio-patrolha «Cacine»;  
2TEN RN José Gil Barreto Coucello, LFP «Vénus»;  
2TEN RN José António Barreto de Almeida Barreiros, fragata «Comandante Roberto Ivens»;  
2TEN RN Rui Manuel Macedo Ferreira Marques, fragata «Comandante Hermenegildo Capelo»;  
2TEN FZ RN Manuel Monteiro da Costa, CF 1;



*Angola - Os meandros do rio Cuito*

No teatro de Angola, as acções armadas inimigas tinham vindo a diminuir francamente no ano de 1972 em relação ao ano anterior, salvo ligeiro crescimento no recurso à colocação de engenhos explosivos.

No enclave de Cabinda a situação encontrava-se calma, sem iniciativa de acções bélicas, o mesmo se passando tanto no norte como na frente leste. Somente o Cuango revelava ligeiro aumento de actividade.

O dia 2 de Junho de 1973 ficou assinalado por um brutal incidente que ficou assinalado como um trágico marco da guerra dos Fuzileiros, em geral, e da Reserva Naval em particular. Uma pequena coluna de duas viaturas que se deslocara do Chilombo à Lumbala para ir buscar correio, foi violentamente emboscada num percurso onde não havia histórico de actividades hostis.

A acção causou 3 mortos e um ferido aos fuzileiros do pelotão da CF 1 que se encontrava no Chilombo a apoiar o DFE 10. Um dos mortos, o STEN FZ RN António Bernardino Apolónio Piteira, oficial da Reserva Naval, do 18.º CFORN, foi o único oficial da Marinha de Guerra morto em combate durante os 13 anos da Guerra do Ultramar.

A ofensiva internacional contra Portugal e os países do sul de África, acentuava-se no final de 1973. O encerramento da 28.ª sessão da Assembleia Geral da ONU marcou pela posição anti-portuguesa, ao aceitar a alegada independência da Guiné como acto consumado e indiscutível, definindo Portugal como potência ocupante e ilegal.

O maior perigo real era o representado pelos engenhos explosivos que continuavam a causar estragos quando menos se esperava. A preocupação com o transporte de pessoal a longa distâncias constituía então uma preocupação permanente, já que a Marinha não dispunha de meios próprios.



*A pista de aviação do Cuito - Canavale*

O inimigo dava mostras de estar a ceder em todas as frentes. Em toda a região que constituía a Zona Militar Leste, até à última semana de Janeiro apenas tinha sido registada uma acção de fogo inimiga em reacção às forças militares portuguesas, duas acções de intimidação contra populações e a destruição de uma ponte pela UNITA.

Na última semana de Junho a actuação do IN era ainda mais reduzida não se detectando qualquer actividade na área de guerrilha da UNITA, registando-se o levantamento de quatro engenhos explosivos e o accionamento de outro na área de

infiltração do MPLA.

No início de 1974, a animosidade contra Portugal manifestada pela comunidade internacional acentuava-se cada vez mais, espiciada pelos países afro-asiáticos. Os países manifestavam ou um discreto apoio, uma neutralidade titubeante ou mesmo uma aberta rejeição à política portuguesa, como sucedeu com a generalidade dos povos escandinavos.

E 22 de Março, em Genebra, era adoptada uma proposta apresentada pelos Estados do Terceiro Mundo na 30.ª sessão da Comissão dos Direitos do Homem, no sentido de serem consideradas “*as guerras contra a dominação estrangeira, guerras contra o colonialismo e racismo como guerras justas*”, tal como as guerras de autodeterminação.

Na mesma altura era aprovada na conferência da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Conacry, uma resolução apontando para a expulsão de Portugal daquele organismo.



*A Estação Radionaval de S. Tomé*

Sucediam-se as greves e manifestações na oposição à guerra que, lentamente, ia crescendo nos meios operários e estudantis portugueses, de imediato utilizada como propaganda pelos movimentos pró-independentistas.

Em 15 de Abril de 1974, através da rádios, o MPLA difunde as suas mensagens afirmando que, em Lisboa, circulava clandestinamente um documento assinado pelo Movimento dos Capitães a preconizar uma solução política para a Guerra do Ultramar, uma vez que considera a vitória pelas armas impossível.

No dia 25 de Abril, um levantamento militar em Portugal degenerou numa revolução que, no escasso tempo de algumas horas, depôs o regime vigente e tomou conta do poder, elegendo uma Junta de Salvação Nacional como modo de assegurar o imediato controlo da Nação.

A Marinha seguia com atenta preocupação o evoluir da situação interna do território. generalizava-se a tendência para o desentendimento entre os movimentos emancipalistas com distúrbios em vários locais, especialmente em Luanda, e o apelo à continuação da luta armada até à total independência da Angola.

Entre Junho e Agosto, depois de uma larga sucessão de nomeações, substituições e negociações entre Forças Armadas, Comandante-Chefe e Movimentos, é nomeado um Alto-Comissário para as negociações. A Marinha começa a retrair o dispositivo no território mantendo a vigilância e guarda de instalações militares.

Em 15 de Outubro, depois da readmissão de Portugal na UNESCO em Setembro, são suspensas todas as operações contra elementos e grupos da FNLA e, a partir do dia 25 do mesmo mês, com a assinatura formal do acordo de cessação de hostilidades entre representantes portugueses e uma delegação do MPLA chefiada por Agostinho Neto, terminaram oficialmente as acções violentas dos movimentos emancipalistas em Angola.





Luanda - Instalações Navais da Ilha do Cabo

Daquela data para a frente retrair-se-ia progressivamente o dispositivo militar, embora continuassem a verificar-se elevado número de incidentes, roubos e distúrbios, por vezes envolvendo confrontos raciais. No final do ano vivia-se em Angola um enorme caos político e social.

No meio da confusão onde grassava a "*organização desorganizada*", a Marinha embora sujeita a pressões revolucionárias conseguiu manter a coesão interna numa prévia preparação para abandonar Angola.

---

#### **Moçambique** (13 Oficiais):

2TEN RN Luís Vasconcelos Fontoura Madureira, LFP «Vega»;  
2TEN RN Luís Frederico de Sampaio Borges de Sousa, LFP «Júpiter»;  
2TEN RN Paulo Jorge Gonçalves Bárcea, LFP «Sirius»;  
2TEN RN Vicente Manuel de Castro Apolinário, LFP «Sabre»;  
2TEN FZ RN António Pedro Queiroz Vendrell Santos, CF 10;  
2TEN FZ RN Evangelista da Silva Coelho, CF 10;  
2TEN FZ RN Francisco Maria Castel Branco Potes Cordovil, CF 10;  
2TEN FZ RN João Sérgio dos Santos Cardoso, CF 10;  
2TEN FZ RN João Manuel Machado Viegas Malheiro, CF 9;  
2TEN FZE RN Joaquim dos Santos Pereira Costa, DFE 3;  
2TEN FZE RN Miguel António Alcântara Pita, DFE 3;  
2TEN FZE RN Leopoldo Maria Lemos da Cunha Matos, DFE 8;  
2TEN FZE RN Rui Carlos Pereira da Fonseca Lopes, DFE 8;



Rio Zambeze - A LFP «Sabre»

Logo no início de 1973 a ONU anunciou que iria realizar em Oslo, entre 9 e 14 de Abril, uma conferência internacional sobre o

colonialismo e o apartheid, no qual no qual iriam participar além de representantes dos órgãos permanentes daquela organização, representantes de nove movimentos de libertação africanos, com enorme destaque na imprensa mundial. Simultaneamente, grupos anti-colonialistas e contra o apartheid, preparavam uma campanha com reuniões na Alemanha, Noruega, Holanda, Suíça e ainda em Londres.

No estrangeiro, continuavam a levantar-se cada vez mais vozes contra Portugal, quer por parte dos países quer mesmo por organizações não governamentais. Em Março, foi a Organização Internacional de Aeronáutica Civil que aprovou, em sessão realizada na sua sede em Nova Iorque, uma moção que afastava Portugal das suas reuniões. A aprovação foi obtida por maioria com votos favoráveis dos países africanos e asiáticos, e os votos contrários dos EUA, Nova Zelândia e a maior parte dos países europeus.

Por esta altura, a Dinamarca, Finlândia e Suécia sugeriram a colocação de uma força militar à disposição da ONU, pronta a deslocar-se para qualquer parte do mundo. Em Moçambique fora também constituído o Comando da Defesa Marítima do Zambeze, para apoio ao dispositivo militar naval em operações na bacia do Zambeze e em especial na região de Tete.

A guerra em Moçambique continuava a desenrolar-se frente a um inimigo que evitava o confronto directo, optando preferencialmente por espalhar minas e armadilhas em tudo quanto era estrada ou itinerários. Apesar de muitas serem detectadas, levantadas ou destruídas continuavam ainda a ser responsáveis pela maioria das baixas que as nossas forças sofriam no teatro de operações.



*Niassa - O Monte Tchifuli, fronteiro à Base Naval de Metangula*

Os países da Liga Árabe reunidos numa conferência de alto nível em Argel decidem cortar todas as relações com Portugal, Rodésia, República da África do Sul e decretam o embargo do petróleo a estes países, ao mesmo tempo que aprovam o aumento da assistência financeira aos movimentos de libertação que lutam contra “os regimes colonialistas” em África.

Enquanto isso, a auto-proclamada República da Guiné-Bissau é reconhecida por 73 países; o Egipto pede a expulsão de Portugal da OIT; a OUA/ONU pressionam o Vaticano, pretendendo que a Santa Sé tome uma posição nitidamente desfavorável a Portugal.

No final de 1973 deixaram de ser avistados nas imediações do porto da Beira os navios de guerra ingleses empenhados no bloqueio àquele porto.

Em Abril, a revolução que estalou na Metrópole não teve efeitos imediatos em Moçambique onde, apesar do notório abrandamento, as operações continuaram até ser assinado o cessar-fogo, o que veio a suceder em 7 de Setembro em Lusaca, entre o Estado Português e a FRELIMO.

A confusão generalizada instala-se e, a Marinha, enquanto retrai o dispositivo no território, tem como preocupação manter a vigilância e segurança de instalações e população.

A 1 de Outubro o Comando Naval de Moçambique informa os comandos subordinados de que fora acordado o cessar-fogo a partir da meia-noite e um minuto do dia 8 de Setembro daquele ano.

---

### **Continente e Ilhas (60 Oficiais):**

- 2TEN RN Abílio Simões de Oliveira Pinheiro, navio-patrolha «Save»;
- 2TEN RN Agostinho da Cunha Almeida, navio-hidrográfico «Almeida Carvalho»;
- 2TEN RN Nuno Manuel Casais Monteiro no navio-hidrográfico «Almeida Carvalho»;
- 2TEN RN Amílcar Gomes da Silva, fragata «Pêro Escobar»;
- 2TEN RN Valdemar Geraldo Taborda, fragata «Pêro Escobar»;
- 2TEN RN António Luís Carvalho de Matos e Silva, Estado-Maior da Armada;
- 2TEN RN Joaquim Manuel Teixeira Nunes Barata, Estado-Maior da Armada;
- 2TEN TE RN Joaquim José Coelho de Sousa Ribeiro, Estado-Maior da Armada;
- 2TEN TE RN Jorge Ferreira Sinde Monteiro, Estado-Maior da Armada;

2TEN RN António Ângelo Alves Roque Graça, Direcção do Serviço de Pessoal – 1.ª Rep.;

2TEN TE RN Jorge Manuel Correia Guerreiro na Direcção do Serviço de Pessoal – 1.ª Rep.;

2TEN RN Artur Augusto Leal Mimoso, Grupo N.º 2 de Escolas da Armada;

2TEN RN Norberto Veiga de Sousa Fernandes, Grupo N.º 2 de Escolas da Armada;

2TEN TE RN António Neves Duarte Teodoro, Grupo N.º 2 de Escolas da Armada;

2TEN TE RN Aníbal Pereira Dias, Grupo N.º 2 de Escolas da Armada (EAN);

2TEN TE RN Manuel António Rato Rolão Santos, Grupo N.º 2 de Escolas da Armada (EAN);

2TEN RN Carlos Manuel Miranda Correia, navio-patrolha «Boavista»;

2TEN RN Custódio Alexandre Rouxinol Miguens, LF «Cruzeiro do Sul»;

2TEN RN Eduardo Manuel Pontes Amaro, Escola Naval;

2TEN TE RN José António de Melo Pinto Ribeiro, Escola Naval;

2TEN RN Eduardo José Rebelo Ferreira, LF «Albatroz»;

2TEN RN Fernando Manuel Clavel Leite de Castro, draga-minas «Horta»;

2TEN RN José Abel Ferreira de Andrade, Grupo N.º 1 de Escolas da Armada;

2TEN RN Manuel Mário Correia de Almeida, Grupo N.º 1 de Escolas da Armada;

2TEN TE RN José Alberto Teixeira, Grupo N.º 1 de Escolas da Armada;

2TEN TE RN José Manuel Silva Ferreira da Costa, Grupo N.º 1 de Escolas da Armada;

2TEN TE RN Luís Manuel Vilela Pinto, Grupo N.º 1 de Escolas da Armada;

2TEN TE RN Paulo de Medeiros Enes Ferreira, Grupo N.º 1 de Escolas da Armada;

2TEN RN Manuel da Silva Rosa, draga-minas «Lajes»;

2TEN FZ RN António Humberto Baptista Dias, Escola de Fuzileiros;

2TEN FZ RN Carlos Joaquim Ovelheira dos Santos Barros, Escola de Fuzileiros;

2TEN FZ RN Carlos Manuel de Oliveira Alves, Escola de Fuzileiros;

2TEN FZ RN Jorge Filipe dos Santos Duarte, Escola de Fuzileiros;

2TEN FZ RN José Joaquim Ribeiro Andrade, Escola de Fuzileiros;

2TEN TE RN Jorge Manuel Fortes Camões Costa, Escola de Fuzileiros;

2TEN TE RN José Alexandre da Costa Parada Monteiro, Escola de Fuzileiros;

2TEN TE RN Victor Manuel da Gama Faria, Escola de Fuzileiros;

2TEN FZ RN Gabriel Caldas de Antas de Barros, Força de Fuzileiros do Continente;

2TEN FZ RN José Lopes da Cruz, Força de Fuzileiros do Continente;

2TEN FZ RN Luís Miguel Beltran Franco, Força de Fuzileiros do Continente;

2TEN TE RN José Alberto Mendes de Almeida, Força de Fuzileiros do Continente;

2TEN TE RN António Fernando Sousa da Silva, Instituto Hidrográfico;

2TEN TE RN António Manuel Carvalho Pinto, Instituto Hidrográfico;

2TEN TE RN Hugo João Reinhardt Beirão da Veiga, Instituto Hidrográfico;

2TEN TE RN José Emílio da Costa Cruces, Instituto Hidrográfico;

2TEN TE RN Luís Eduardo Lopes Pimentel, Instituto Hidrográfico;

2TEN TE RN António Amadeu Terra Ferreira Bastos, Chefia do Serviço de Justiça;

2TEN TE RN Augusto Afonso de Albuquerque, DSEC;

2TEN TE RN Joaquim Armando Ferreira da Silva Filipe, DSEC;

2TEN TE RN José Alberto Baptista de Allen Lima, DSEC;

2TEN TE RN Luís Henriques Martins Borges de Almeida, DSEC;

2TEN TEN RN Carlos Maria da Rocha Pinheiro Torres, DGS de Fomento Marítimo;

2TEN TE RN João Manuel Franqueira de Castro e Sousa, DGS de Fomento Marítimo;

2TEN TEN RN Edgar Manuel Fernandes Martins, Direcção do Serviço de Abastecimento;

2TEN TE RN João Manuel Jorge Sousa Jardim, Direcção das Construções Navais;

2TEN TE RN José Manuel da Luz Bravo Ferreira, Direcção do Serviço de Administração Naval;

2TEN TE RN Júlio António da Silva Appleton, Direcção de Infra-Estruturas Navais;

2TEN TE RN Licínio Catarino de Carvalho, Direcção de Infra-Estruturas Navais;

2TEN TE RN Luís Filipe Salgado de Matos, Ministério da Coordenação Interterritorial;

2TEN TE RN Miguel Camargo de Sousa Eiró, Direcção do Serviço de Pessoal – 1.ª Rep. (SGDN);



O navio-patrolha "Boavista".

Não foi possível determinar o paradeiro dos seguintes 3 Oficiais:

2TEN FZ RN Alberto Guilherme Pereira Pimentel Aguiar, Pelotão n.º 9 de Fuzileiros);  
2TEN FZ RN Carlos Alberto Rocha Alves, Pelotão n.º 8 de Fuzileiros;  
2TEN FZ RN Manuel Cirilo Rocha de Oliveira Cruz, Pelotão n.º 8 de Fuzileiros;

O 22.º CFORN, a partir de 25 de Abril de 1974, acompanhou todo o processo que se desenvolveu nos territórios ultramarinos, inclusive porque muitos dos seus elementos eram Comandantes de unidades navais ou enquadravam unidades de fuzileiros.

Os oficiais pertencentes ao 22.º CFORN começaram a ser licenciados a partir de Setembro de 1975. Ingressaram nos Quadros Permanentes os seguintes oficiais:

2TEN FZ RN Jorge Filipe dos Santos Duarte;  
2TEN FZ RN José Manuel Simões Rodrigues de Castro Elias;

---

*Fontes:*

*Texto do autor do blogue, compilado a partir de: Anuário da Reserva Naval 1958-1975, Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado, Lisboa, 1992; Dicionário de Navios e Outras Efemérides, Adelino Rodrigues da Costa, 2006; Fuzileiros – Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974, Luis Sanches de Baêna, 2006; Fotos do Arquivo de Marinha, Revista da Armada e cedências pessoais de origens diversas;*

**mls**